



# Receita Federal

## Coordenação-Geral de Tributação

PROCESSO	00000.000000/0000-00
SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA	98.005 – COSIT
DATA	29 de junho de 2022
INTERESSADO	CLICAR PARA INSERIR O NOME
CNPJ/CPF	00.000-00000/0000-00

### Assunto: Classificação de Mercadorias

Reforma de ofício a Solução de Consulta nº 81 – SRRF09/Diana, de 10 de outubro de 2013.

**Código NCM:** 8471.70.40

**Mercadoria:** Dispositivo de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, com capacidade de 64 GB, 128 GB ou 256 GB, velocidade de leitura de 490 MB/s e interface SATA 6 Gb/s, possuindo conector e carcaça padrão utilizados em discos rígidos (HDD) de 2,5”, destinado a ser instalado internamente em computadores e *notebooks*, denominado comercialmente “*drive de estado sólido*”, “*solid-state drive*” ou “*SSD*”.

**Dispositivos Legais:** RGI 1 (Nota 6 C) do Capítulo 84), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

## RELATÓRIO

A Solução de Consulta nº 81 – SRRF09/Diana, de 10 de outubro de 2013, classificou a mercadoria identificada como “*Dispositivo de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, denominado comercialmente “drive de estado sólido”, tradução do inglês “solid-state drive”, abreviadamente “SSD”, nas dimensões 7,00 x 100,58 x 70,61 mm, interface SATA 6 Gb/s, com velocidade de leitura de 490MB/s, podendo ser acoplado ao PC/Notebook internamente ou funcionar como unidade de armazenamento de dados externa, apresentando capacidades disponíveis de 64GB, 128GB e 256GB*” no código 8523.51.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011.

2. Conforme relatório da Solução de Consulta mencionada, a mercadoria possui as seguintes características:

**...INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL...**

3. Considerando as recentes alterações da Nomenclatura Comum do Mercosul para adaptação às modificações introduzidas pela VI Emenda à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias 2022 (SH-2022), e consequentes alterações da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovadas pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e pelo Dec. nº 10.923, de 2021, respectivamente, a Cosit revisa de ofício esta Solução de Consulta em virtude de nova abertura específica para o produto.

## FUNDAMENTOS

### Identificação da mercadoria:

4. Segundo dados constantes do processo, trata-se de dispositivo de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, capacidade de armazenamento de 64 GB, 128 GB ou 256 GB, e velocidade de leitura de 490 MB/s, denominado comercialmente “drive de estado sólido”, “*solid-state drive*” ou “SSD”.

5. O dispositivo possui carcaça e conector SATA III (6 Gb/s) idênticos aos padrões existentes nos discos rígidos de 2,5” e é destinado à instalação interna em computadores e *notebooks*.

6. Para funcionar como dispositivo externo de memória em equipamentos que possuem porta USB é necessário o uso de gabinete próprio com conversão do padrão SATA para o padrão USB ou cabo específico que faça a conversão entre esses padrões.

### Classificação da mercadoria:

7. Os processos administrativos de consulta sobre classificação de mercadorias são disciplinados segundo o disposto na Instrução Normativa (IN) RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021, com aplicação das Regras Gerais Interpretativas para o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (RGI-SH), constantes do Anexo à Convenção Internacional de mesmo nome, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 71, de 11 de outubro de 1988, e promulgada pelo Decreto nº 97.409, de 23 de dezembro de 1988, com posteriores alterações aprovadas pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, por força da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º do Decreto nº 766, de 3 de março de 1993, bem como das Regras Gerais Complementares (RGC) à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021.

8. A classificação fiscal de mercadorias deve, igualmente, seguir as orientações e esclarecimentos fornecidos pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (Nesh), internalizadas no Brasil pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992. A versão atual das Nesh foi atualizada pelas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1º da Portaria MF nº 91, de 24 de fevereiro de 1994. Ainda que não constituam instrumento legal para a classificação fiscal de mercadorias, as Nesh são elemento subsidiário fundamental para interpretação da Nomenclatura do SH e correta classificação fiscal de uma determinada mercadoria.

9. Conforme referido no parágrafo anterior, as Nesh, mesmo constituindo elemento subsidiário fundamental para a classificação fiscal de mercadorias, não possuem força legal nesse sentido, fazendo-se sempre necessário o recurso às RGI-SH e às RGC da NCM para atribuição do código

correto de um produto específico. A RGI 1 determina que a classificação de mercadorias é feita pelos textos das posições e das Notas de Seção e de Capítulo, só se fazendo recurso às demais RGI quando não for possível o enquadramento por aplicação dessa RGI, bem como nos casos de produtos com características específicas. Por seu lado, a RGI 6 aplica às subposições as mesmas Regras utilizadas em nível de posição, enquanto as RGC são utilizadas no nível da NCM. A análise e aplicação das Regras de classificação e os subsídios fornecidos pelas Nesh irão, desse modo, definir o código correto para classificação das mercadorias.

10. O dispositivo SSD em questão é uma unidade de memória destinada à instalação interna em computadores e *notebooks*, com conector padrão e carcaça própria para esse tipo de instalação. A posição 84.71 abrange, entre outras, as *Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades* (grifou-se). A Nota 6 C) do Capítulo 84 estabelece:

*6. C) Ressalvadas as disposições das alíneas D) e E), abaixo, considera-se como fazendo parte de um sistema automático para processamento de dados, qualquer unidade que satisfaça simultaneamente as seguintes condições:*

*1º) Ser do tipo exclusiva ou principalmente utilizado num sistema automático para processamento de dados;*

*2º) Ser conectável à unidade central de processamento, seja diretamente, seja por intermédio de uma ou mais unidades;*

*3º) Ser capaz de receber ou fornecer dados em forma - códigos ou sinais - utilizável pelo sistema.*

*As unidades de uma máquina automática para processamento de dados, apresentadas isoladamente, classificam-se na posição 84.71.*

11. Por sua vez, as Nesh da posição 84.71 esclarecem:

#### **B. - UNIDADES APRESENTADAS ISOLADAMENTE**

*Ressalvadas as disposições das Notas 5 D) e E) deste Capítulo, a presente posição compreende também as diversas unidades constitutivas dos sistemas automáticos para processamento de dados apresentadas isoladamente. Estas podem apresentar-se na forma de máquinas alojadas em um gabinete ou invólucro distinto ou na forma de unidades sem gabinete ou invólucro distinto, concebidas para serem introduzidas em uma máquina (por exemplo, no circuito principal de uma unidade central de processamento). Consideram-se como unidades constitutivas destes sistemas as unidades definidas na parte A acima e nas alíneas seguintes, como fazendo parte de sistemas completos.*

*(...)*

*Independentemente das unidades centrais de processamento e das unidades de entrada ou de saída, podem citar-se como exemplo de outras unidades:*

- 1) As **unidades suplementares de memória** exteriores à unidade central de processamento (de cartões magnéticos, de discos magnéticos ou ópticos, os autocarregadores e as bibliotecas de fitas, as bibliotecas de discos ópticos, etc.). Pertencem também a este grupo, as unidades suplementares de estocagem de dados (unidades de memória de formato específico), destinadas a serem instaladas no interior de máquinas automáticas para processamento de dados ou no*

*exterior dessas máquinas. Essas unidades podem apresentar-se na forma de leitores de discos ou de fitas.*

(...)

12. Desse modo, por aplicação da RGI 1 e com o uso da Nota 6 C) do Capítulo 84, o equipamento em questão se classifica na posição 84.71, que apresenta as seguintes subposições:

<b>84.71</b>	<b>Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas noutras posições.</b>
8471.30	- Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10 kg, que contenham pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela (ecrã*)
8471.4	- Outras máquinas automáticas para processamento de dados:
8471.50	- Unidades de processamento, exceto as das subposições 8471.41 ou 8471.49, podendo conter, no mesmo corpo, um ou dois dos seguintes tipos de unidades: unidade de memória, unidade de entrada e unidade de saída
8471.60	- Unidades de entrada ou de saída, podendo conter, no mesmo corpo, unidades de memória
8471.70	- Unidades de memória
8471.80.00	- Outras unidades de máquinas automáticas para processamento de dados
8471.90	- Partes

13. Para a definição da subposição deve ser aplicada a RGI 6, que possui o seguinte comando:

*A classificação de mercadorias nas subposições de uma mesma posição é determinada, para efeitos legais, pelos textos dessas subposições e das Notas de subposição respectivas, bem como, mutatis mutandis, pelas Regras precedentes, entendendo-se que apenas são comparáveis subposições do mesmo nível. Na aceção da presente Regra, as Notas de Seção e de Capítulo são também aplicáveis, salvo disposições em contrário.*

14. Por se tratar de uma unidade de memória, o produto se classifica, por aplicação da RGI 6, na subposição 8471.70, que se desdobra nos itens:

<b>8471.70</b>	<b>Unidades de memória</b>
8471.70.10	De discos magnéticos
8471.70.20	De discos para leitura ou gravação de dados por meios ópticos (unidade de disco óptico)
8471.70.30	De fitas magnéticas
8471.70.40	De estado sólido (SSD - Solid-State Drive)
8471.70.90	Outras, incluídas as combinações de unidades de, pelo menos, dois dos itens precedentes

15. Para definição do item, a RGC 1 estabelece:

*As Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado se aplicarão, mutatis mutandis, para determinar dentro de cada posição ou subposição, o item aplicável e, dentro deste último,*

*o subitem correspondente, entendendo-se que apenas são comparáveis desdobramentos regionais (itens e subitens) do mesmo nível.*

16. Por aplicação da RGC 1, o produto enquadra-se literalmente no item 8471.70.40, que não apresenta subitem, sendo o código final da classificação.

## CONCLUSÃO

17. Com base nas Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI 1 (Nota 6 C) do Capítulo 84 e texto da posição 84.71), RGI 6 (texto da subposição 8471.70) e na Regra Geral Complementar do Mercosul RGC 1 (texto do item 8471.70.40), da Nomenclatura Comum do Mercosul constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pelas Instruções Normativas RFB nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores, a mercadoria classifica-se no código NCM **8471.70.40**.

## ORDEM DE INTIMAÇÃO

Com base no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no art. 40, da Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021, bem como nos Fundamentos Legais e na Conclusão supra, após ter sido aprovada pelo Comitê constituído pela Portaria RFB nº 1.921, de 13 de abril de 2017, à sessão de 20 de junho de 2022, **REFORMA-SE DE OFÍCIO**, na forma desta Solução de Divergência, a Solução de Consulta nº 81 – SRRF09/Diana, de 10 de outubro de 2013, para classificar a mercadoria consultada de acordo com o indicado na Ementa supra.

Divulgue-se e publique-se nos termos do art. 44 da Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021.

Encaminhe-se para ciência do consultante e posterior arquivamento.

*(Assinado Digitalmente)*

**CARLOS HUMBERTO STECKEL**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Membro do Comitê

*(Assinado Digitalmente)*

**LUIZ HENRIQUE DOMINGUES**

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Membro do Comitê

*(Assinado Digitalmente)*

**MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Membro do Comitê

*(Assinado Digitalmente)*

**NEY CAMARA DE CASTRO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Membro do Comitê

*(Assinado Digitalmente)*

**DANIELLE CARVALHO DE LACERDA**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Relatora

*(Assinado Digitalmente)*

**CLÁUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO**

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Presidente do Comitê